

## Levantamento aponta contaminação em água de 5 cidades da região

# Levantamento aponta contaminação em água de 5 cidades da região

Produtos como cádmio e chumbo foram encontrados em quantidade maior do que é considerado seguro; Sabesp alega que casos são pontuais

ALINE MELO  
alinemelo@gabc.com.br

O Mapa da Água, levantamento produzido pela ONG (Organização Não Governamental) Repórter Brasil com base em dados do Sisagua (Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano), identificou que entre 2018 e 2020 em cinco das sete cidades do Grande ABC – Santo André, São Bernardo, São Caetano, Diadema e Rio Grande da Serra – a água fornecida à população tinha quantidade de substâncias tóxicas maior do que as consideradas seguras para o consumo humano (veja a situação de cada município na arte ao lado).

As informações, que ficam em um banco de dados do Ministério da Saúde, apontaram que a situação foi registrada em 25% dos 763 municípios que realizaram os testes, ou seja, um a cada quatro. Entre as substâncias encontradas estão agrotóxicos; substâncias que resultam de processos de tratamento de esgoto e elementos como chumbo e cádmio. São produtos químicos e radioativos que podem causar diversos problemas de saúde, como câncer.

Para a professora e pesquisadora da USCS (Universidade Municipal de São Caetano) Marta Marcondes, embora existam parâmetros para o que é considerado aceitável de ser encontrado na água potável, não existem limites seguros para o consumo dessas substâncias. "O cádmio, por exemplo, ele se acumula nos tecidos, nosso organismo não elimina. Que seja uma vez a cada dois meses, uma vez ao ano. Ele vai ficando dentro do corpo e, em algum momento, pode causar a falên-

cia dos rins, por exemplo", alertou. "Está claro que é preciso melhorar o sistema de tratamento de água", completou.

O advogado e ambientalista Virgílio Alcides de Farias afirmou que é obrigação do gestor público dar publicidade a este tipo de situação, mas os dados entre 2018 e 2020 permanecem desconhecidos da maior parte da sociedade. "De que lado está o gestor público que está lá, colocado pela população para trabalhar em sua defesa e faz isso? Imediatamente a primeira providência é divulgar, isso é obrigatório, uma questão gravíssima para a saúde humana e para todos os seres vi-

vos", afirmou.

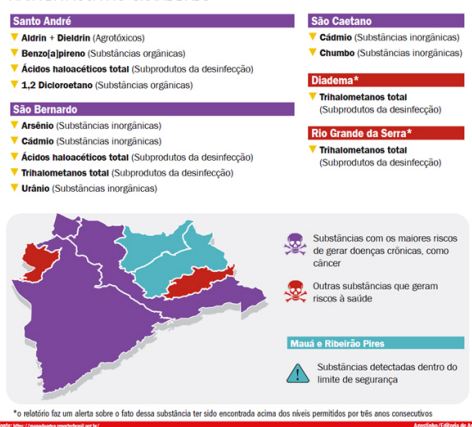
A Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo), responsável pelo abastecimento de água em Santo André, São Bernardo, Diadema e Rio Grande da Serra, admite problemas pontuais, mas assegura que a água fornecida para os moradores das cidades do Grande ABC não é imprópria e cumpre a legislação para potabilidade. Que, visando garantir sua qualidade, a companhia monitora continuamente, conforme exigências do Ministério da Saúde, todas as etapas do sistema de abastecimento, desde o manancial, onde é feita a capta-

ção da água, as estações de tratamento, as redes de distribuição até o cavalete na entrada do imóvel dos clientes.

De acordo com a Sabesp, os dados são enviados ao Sisagua e são públicos, conforme mostra o acesso realizado pela ONG. "Sempre que anomalias são constatadas, são tomadas as providências necessárias visando a regularização da situação. Conforme a legislação, o padrão de potabilidade deve ser avaliado levando-se em conta seu histórico completo. Os dados apresentados no Mapa da Água mostram resultados pontuais, sem considerar o histórico de medições exigido pela legislação brasileira. Essas medições apontam conformidade com os padrões de potabilidade e garantem a qualidade da água fornecida", conclui o comunicado.

O Saesa (Sistema de Água, Esgoto e Saneamento Ambiental) de São Caetano, que compra água da Sabesp e distribui na cidade, informou que não tinha conhecimento dos dados. Que são efetuadas mensalmente análises em pontos da cidade e nos reservatórios. Os resultados das análises são informados à Vigilância Sanitária, cadastrados no Sisagua e não foram verificadas anomalias em sua qualidade.

MAPA DA ÁGUA NO GRANDE ABC



## Municípios desconhecem resultados

Apesar de ser uma responsabilidade dos departamentos de vigilância sanitária de cada cidade abastecer o Sisagua (Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano) com resultados dos testes na água que é distribuída à população, os técnicos do Grande ABC informaram que desconheciam resultados fora dos limites considerados se-

guros, como aponta levantamento feito pela ONG Repórter Brasil. A professora e pesquisadora da USCS (Universidade Municipal de São Caetano) Marta Marcondes aponta que são as vigilâncias que devem alertar os governos sobre irregularidades. "Precisavam tomar atitudes uma vez que souberam sobre os resultados", defendeu. A Prefeitura de Santo André

informou que a Vigilância Sanitária realiza coleta de amostras de água fornecida pela Sabesp cotidianamente, conforme portaria do Ministério da Saúde, para avaliação de parâmetros bacteriológicos e microbiológicos. Seguindo a administração, os parâmetros solicitados no questionamento são de natureza química e não estão no escopo da avaliação realizada a pedido do muni-

cípio pelo Instituto Adolfo Lutz, dentro do programa de qualidade da água para consumo.

São Bernardo informou que a Vigilância Sanitária faz o acompanhamento da qualidade da água distribuída periodicamente e que os parâmetros atendem aos padrões preconizados em legislação vigente, não apresentando riscos sanitários e que outras informações devem ser obtidas com a Sabesp. São Caetano respondeu por meio do Saesa, que afirmou desconhecer qualquer resultado fora de parâmetro.

Diadema informou que a Vigilância Ambiental faz o monitoramento dos dados que a Sabesp insere no sistema do Sisagua e que as análises são feitas a cada três meses. Segundo os dados, apenas em 2019 três resultados deram pequenas alterações. "Quando um parâmetro apresenta resultado alterado, a Vigilância Ambiental comunica à Sabesp e cobra as medidas que serão feitas para solucionar o que for necessário. Depois disso, a empresa refaz a análise e encaminha o laudo para comprovar que o parâmetro foi corrigido", informou em nota.

Rio Grande da Serra afirmou que não tinha conhecimento do estudo e que irá cobrar os órgãos competentes.

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

**Seção:** Setecidades **Página:** 4